



Sindipetro RJ Filiado à **FNP**
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

JUNHO CINZA
#QUEROVOLTARPRACASA
TODO APOIO À LUTA AOS TRANSFERIDOS!



21 3034-7300
21 99700-2564
sindipetro.org.br
contato@sindipetro.org.br
ACESE NOSSAS MÍDIAS

ANO 5 - Número 291 - 14 de junho de 2023



**Nem luxo,
nem lixo.**

**Queremos a
PetroBRás**



VEM PARTICIPAR DO CONGRESSO 2023

**AGORA SÓ
FALTA VOCÊ**

Até o momento, já foram eleitos mais de 160 delegados. Agora, só falta você!

O Congresso vai começar no dia 14 com reunião virtual aberta para o recebimento de propostas e no dia 24 os delegados estarão reunidos no formato presencial no Centro.

Que tal compartilhar seus problemas no trabalho e ouvir outras questões que também te afetam no dia a dia da operação, manutenção ou administração?

Está na hora de todos os petroleiros se organizarem, mantendo-se mobilizados, para reivindicar direitos e reajuste salarial!

ÚLTIMAS ASSEMBLEIAS - Até o dia 14/06, o Sindipetro-RJ estará realizando as últimas assembleias para a eleição de delegados ao Congresso Estadual 2023, quando será elaborada a pauta de reivindicações da base para o Acordo Coletivo de Trabalho 2023.

Vem participar! Veja a tabela de assembleias no QR Code:



TESES - Os delegados já podem enviar suas teses para o e-mail contato@sindipetro.org.br até o dia 17/06 para serem tratadas pela Comissão de Sistematização. As teses devem ser assinadas pelo menos por seis delegados e precisam estar no formato doc. ou docx na fonte tipo Times New Roman e corpo 12.

O CONGRESSO - ON-LINE - A primeira sessão do Congresso do Sindipetro-RJ vai ser virtual no dia 14/06, a partir das 18h. Apesar de só os delegados eleitos poderem votar, estão todos convidados a apresentar propostas. Acesse a sala pelo QR COde:



PRESENCIAL - A segunda etapa do Congresso ocorrerá no sábado, dia 24/06, das 9h às 18h, no Clube de Engenharia (Av. Rio Branco, 124/25º andar - Centro). No programa, mesas de debate sobre conjuntura e opressões; apresentação das teses; resoluções gerais e eleição para os delegados ao Congresso Nacional da FNP.

COMPARTILHE E COMPAREÇA!



Para informações completas sobre o Congresso acesse o hot site. ==>>
Quem tiver interesse em enviar propostas, o Sindicato
<==>> vai recebê-las através do formulário, no QR Code à esquerda.



PETROBRÁS NÃO DEVE OBEDIÊNCIA À SEST

Estatual tem autonomia e pode dar a última palavra, por exemplo, sobre o montante de remuneração variável, mas Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, que tem poder apenas orientativo, quer desrespeitar Constituição, atropelar a Lei e age de forma mandatária impondo PLR lesiva aos trabalhadores

Não à toa o embrião da SEST foi gestado em 1979, em plena ditadura militar, por meio do Decreto nº 84.128, para ser um órgão controlador de recursos e gastos de empresas estatais, surgindo como parte de uma estrutura maléfica vinculada à Presidência da República e à Secretaria de Planejamento (SEPLAN) que tinha posição privilegiada como a de um Ministério.

JOGO EMPERRADO - Para entendermos qual o papel da SEST hoje, é importante conhecer as peças neste jogo entre a estatal e a União.

Os acionistas são responsáveis por definir quem compõe o Conselho de Administração. Esse CA rege a Companhia, definindo e aprovando o planejamento estratégico, elegendo o presidente e a diretoria executiva que irão fiscalizar e prestar contas das operações realizadas.

DESRESPEITO À PLR - No governo Bolsonaro, a SEST agiu de forma incisiva na política de pessoal das estatais, negando pleitos dos trabalhadores, especialmente aos que trataram de custeio de benefícios como os de assistência à saúde.

Mas, lamentavelmente, a SEST, agora, vem de destacando pela insistência em manter propostas elaboradas ainda no governo Bolsonaro que significam verdadeiro desrespeito à participação dos empregados das estatais na gestão das empresa, como está acontecendo nas discussões sobre PLR - que está prevista tanto na Constituição Federal quanto na Lei 10.101/2000.

BRAÇO ATIVO DE GUEDES - É estupefacente que o novo governo ainda não tenha implementado profundas modificações nas diretrizes da SEST que atuou como braço forte de Paulo Guedes no Ministério da Economia (ME).

Vale lembrarmos também da Portaria de 2021, a 1.122, por exemplo, que criou a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados no ME para agir junto com a SEST! Partiu desta Secretaria Especial, por exemplo, o Projeto de Lei para

enfraquecer as entidades de previdência complementar e fundos de pensão.

Outro braço no ME usado para realizar os planos de Paulo Guedes foi a Secretaria de Desburocratização, Gestão e Governo Digital onde atuou Caio Mário Paes que acabou indo parar na presidência da Petrobrás.

POR UMA NOVA GESTÃO DE VERDADE - Desde o dia 20/01, a especialista em administração e políticas públicas, Elisa Leonel (ex-superintendente de Relações com Consumidores da Anatel) assumiu o comando da SEST, mas as propostas trazidas para PLR, por exemplo, são dos tempos bolsonaristas, conforme foi apresentado pela nova gestão da Petrobrás na última reunião do Grupo de Trabalho sobre PLR, prévio ao ACT, no dia 24/05 passado. Veja o vídeo:



Diretores da FNP e dos sindicatos protestaram! Há falta de acesso a documentos que dificultam a transparência das negociações e permanece a completa inadequação da SEST à realidade com a imposição de 6,25% de PLR quando estão fixados pelo menos 25% na legislação.

A SEST é um órgão da administração pública e não pode agir de forma autoritária, impondo decisões ao coletivo, muito menos imposições fora de qualquer padrão negocial decente.

E a Petrobrás NÃO deve ser submissa a determinações de um órgão do governo quando tem autonomia suficiente para definir suas próprias diretrizes. Até porque quando é pra dar aumento pra diretor e presidente, a empresa defende ter autonomia, mas quando é pra aumentar custos (quem não se lembra da CGPAR?) ou reduzir o repasse ao trabalhadores (SEST) a autonomia não vale. Quando é para fazer discurso para o mercado, está potente e capaz, mas quando é para pagar pelas ilegalidades da gestão do ponto de vista trabalhista, diz estar em dificuldade (vide o mentiroso Plano de Resiliência). Falta vergonha aos administradores da Petrobrás, aos de antes e aos atuais!

Que o novo governo e a nova gestão na Petrobrás revejam posições, já!



RECADASTRAMENTO AMS - FIQUE ATENTO AOS PRAZOS

Prossegue o recadastramento iniciado em 15/02 para os participantes da AMS (APS). A campanha obrigatória de atualização de dados cadastrais é direcionada aos beneficiários titulares e dependentes das patrocinadoras Petrobrás, Transpetro, TBG, Termobahia e PBio.

Estão em andamento quatro ondas:

1ª ONDA - direcionada para aposentados, pensionistas e anistiados que efetuam pagamento por boleto bancário + dependentes (15/02 a 15/07);

2ª ONDA - direcionada para aposentados, curatelados e tutelados + dependentes (15/04 a 31/07);

3ª ONDA - direcionada para aposentados e ex-empregados + dependentes (04/05 a 31/07); e

4ª ONDA - direcionada para empregados + dependentes (1º/06 a 31/08)

OS TRÊS CAMINHOS PARA O RECADASTRAMENTO DA SUA AMS:

1) Portal do Beneficiário. Leia o QR Code:

2) WhatsApp (31) 98470-5004 Opção 3

3) Central de Atendimento 24h (0800 728 3372)



ASSEMBLEIA DE APOSENTADOS ELEGE 41 DELEGADOS AO CONGRESSO ESTADUAL



Pelo menos 90 aposentados participaram da reunião mensal promovida pelo Sindicato, que teve caráter de assembleia para eleger delegados ao Congresso estadual que acontece em duas etapas: virtual (14/06) e presencial (24/06).

Depois de votação por maioria ratificar a asso-

ciação do Sindipetro-RJ à Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro (FAAPERJ), houve a falação de vários participantes.

Confira a íntegra reportagem no QR Code:





FISCALIZAÇÃO INTERDITA PARCIALMENTE A PLATAFORMA P-08 DA TRIDENT BRASIL

Apesar de reparar boa parte da plataforma, adquirida da Petrobrás, ainda é precária a situação da embarcação, construída nos anos 1970, e das condições de trabalho, além de violação de direitos trabalhistas dos trabalhadores próprios e terceirizados foram constadas em vistoria conjunta do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT) e Sindipetro-RJ

A partir de denúncias recebidas, os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), acompanhados de uma procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT), além de um representante do Sindipetro-RJ, ficaram embarcados entre os dias 30/05 e 01/06 na plataforma P-08, operada pela Trident Energy do Brasil. Durante este período constataram diversos problemas na integridade da plataforma construída na década de 1970.

FALTA DE BANHEIROS E PROBLEMAS DE ESCOAMENTO DE ESGOTO - A fiscalização constatou a existência de camarotes sem banheiros, já os que tinham banheiro apresentaram problemas no sistema de esgoto. Além disso, foram identificados problemas no registro e pagamento de horas extras, tanto dos próprios da Trident, quanto dos terceirizados.

Somadas as diversas notificações para a Trident e suas empresas contratadas, os fiscais interditaram

parcialmente linhas de gás classe 1 e 2 que já deveriam ter sido substituídas ou reparadas desde o ano passado, após dois acidentes ocorridos em janeiro e junho de 2022.

O diretor do Sindipetro-RJ, presente na vistoria, Brayer Grudka Lira explica a situação.

“A desinterdição só será permitida após o reparo ou substituição dos equipamentos ou com um relatório de integridade que garanta a operação de forma segura, com um plano de reparo ou substituição dos equipamentos em condições precárias” - detalhou.

Por sua vez, a empresa alega estar se esforçando para sanar os problemas para retomar a produção o quanto antes e que o sindicato acompanha com os órgãos fiscalizadores o cumprimento das determinações.

GASLUB



PRATO MAIS BARATO NÃO É VENDIDO PARA ALGUNS TRABALHADORES NO RESTAURANTE DO GASLUB

Medida afeta quantitativo considerável de trabalhadores terceirizados e da Petrobrás

O Sindipetro-RJ recebeu a denúncia de que a alimentação no valor de R\$26,00 não está sendo mais vendida no restaurante do GASLUB para os trabalhadores Petrobrás e parte dos terceirizados.

Somente trabalhadores de empresas que mantêm contrato com a operadora do restaurante estão tendo acesso.

Isso é uma medida discriminatória que prejudica sensivelmente todos os trabalhadores, sobretudo os terceirizados que costumam possuir um valor de Vale-Refeição menor do que os funcionários Petrobrás.

O Sindicato enviou ofício solicitando o retorno imediato da refeição de R\$26,00 para todos e uma reunião com a direção local do GASLUB para debater o tema.